



OS EFEITOS DO NEOLIBERALISMO NA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL

JOAO DIEGO DA SILVA FERREIRA¹
RAYNER SOUZA DOS SANTOS²
RAYNICE SOUZA DOS SANTOS³

Resumo [comunicação oral coletiva]

O presente artigo é uma explanação teórica sobre os efeitos do neoliberalismo na escola pública no Brasil. A pesquisa buscou observar os aspectos mais evidentes no contexto educacional, visando demonstrar as transformações adquiridas por políticas e programas de influências neoliberais. O estudo foi desenvolvido por levantamento bibliográfico em teses, artigos e livros. Tem por objetivo caracterizar os efeitos do neoliberalismo na vida escolar e social dos indivíduos, sendo como, um produto de via econômica do sistema capitalista. Como resultado do estudo busca-se de certa forma explicar o rumo que a escola estabelecer com ações empregadas pelo neoliberalismo no seu contexto.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Políticas Educacionais; Escola Pública.

Abstract

This article is a theoretical explanation about the effects of neoliberalism in public school in Brazil. The research sought to observe the aspects more evident in the educational context, aiming at demonstrating the transformations acquired by neoliberal influences policies and programs. The study was developed by bibliographic survey in theses, articles and books. Aims to characterize the effects of neoliberalism in school and social life of individuals, and as product of capitalist economic system via. As a result of the study is to some extent explain the course that the school establish with actions employed by neoliberalism in your context.

Keywords: Neoliberalism; Educational Policies; Public School.

¹ GRADUANDO EM PEDAGOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ –UFPA. joaodiego.2106@hotmail.com

² GRADUANDA EM PSICOLOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. rayner.s.santos@gmail.com

³GRADUANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. raynice.s.santos @gmail.com

I. INTRODUÇÃO

A escola pública no Brasil esta passando por transformações no seu processo educacional. Ou seja, acredita-se que são necessárias adaptações as novas demandas da escola pública. Essas mudanças buscam acompanhar medidas neoliberais que estabelecem normas para a educação, visando, a expansão e o crescimento da economia privatista e mercantilista que visa o lucro imediato e a baixa qualidade da educação pública, diante de acordos estabelecidos por órgãos nacionais e internacionais para afetar a educação do país.

Contudo, observamos que são inúmeras as políticas neoliberais que influenciam na vida dos alunos do ensino público brasileiro. Nesta perspectiva dialogamos sobre as ideias de pouca participação do Estado em investimentos no cenário educacional público. Assim, este visando, uma ação de privatização dos serviços públicos.

Por outro lado, analisamos as influências direcionadas pelo neoliberalismo para o ensino médio do Brasil. Ou seja, são visíveis as ações das políticas para manutenção do mercado de trabalho com formação básica da população sem uma educação de qualidade garantindo mão de obra barata e a manutenção de empresas privadas por investimento público. Ademais, comentamos o novo currículo do Ensino Médio que visa à formação técnica para os alunos, no entanto, a proposta estabelecida chamada como currículo flexível é somente um desmonte do sistema educacional público brasileiro que vem sendo sucateado para não possibilita uma grande demanda dos estudantes do Ensino Médio para o Ensino Superior público brasileiro.

Portanto, o neoliberalismo está estabelecendo os rumos do sistema educacional do Brasil. De forma que os indivíduos recebem uma educação deficiente com pouca qualidade e que segue princípios mercadológicos. Enfim, os alunos da escola pública são apenas conduzidos a reproduzir ações sem conhecimentos profundos e sem fomento do pensamento crítico.

II. A INFLUÊNCIA NEOLIBERAL NAS POLITICAS EDUCACIONAIS

O neoliberalismo, enquanto um conjunto de ideais políticas e econômicas do capitalismo que defende a não participação do Estado na economia, tem se mostrado cada vez mais presente nas diversas esferas da sociedade, e a educação não escapou de sofrer essas influências. Podemos ver o neoliberalismo, acima de tudo, como a ideologia do

¹ GRADUANDO EM PEDAGOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ –UFPA. joaodiego.2106@hotmail.com

² GRADUANDA EM PSICOLOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. rayner.s.santos@gmail.com

³GRADUANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. raynice.s.santos @gmail.com

capitalismo vinculada a um modo de ver a sociedade a partir da mercantilização de seus diversos setores, nesse caso, em especial, os públicos tais como moradia, saúde, previdência social e educação.

Ademais, o neoliberalismo prega a redução de financiamento por parte do Estado, se utilizando do argumento de que os mesmos são gastos públicos e não investimentos. Daí este operar no sentido do desmantelamento da máquina estatal, procurando demonstra a ineficiência e precariedade dos serviços públicos surge a partir disso a ideia de *Estado mínimo*. Mas como nos explica Frigotto (2004, p. 84) “Na realidade, a ideia de *Estado mínimo* significa o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital”.

A partir disso, o neoliberalismo atuará no sentido de transferir as leis de competitividade do mercado para o âmbito público, com a educação tornando-se um espaço privilegiado para a atuação da “livre iniciativa capitalista”. As consequências desastrosas que esse modo de ver traz para o campo educacional podem ser medidas de diversas formas, com as legislações e políticas educacionais se mostrando um dos primeiros aspectos a partir do qual o neoliberalismo irá se expressar.

Não são, de hoje, as influências do neoliberalismo na escola pública, desde algum tempo o Estado vem transferindo à lógica de mercado para dentro do âmbito educacional. Não podemos falar dessas influências sem mencionarmos, antes de tudo, as legislações e políticas específicas que regulamentam a educação. A começar pela mais importante delas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), conhecida como Lei N° 9.394/96. A LDB, como todos sabem, passou por diversas reformulações até atingir o seu atual estágio de maturação em termos de proposta educacional, no entanto, apesar da mesma representar avanço gigantesco em relação à LDB anterior (Lei N° 5.692/71), muitos são os aspectos negativos apresentados. Entre eles, podemos citar a proposta de descentralização da escola pública, visando estimular a implantação de uma gestão democrática na unidade escolar. Essa proposta, a priori, pode parecer bastante plausível, no entanto, o que verdadeiramente se esconde por trás disso é a incapacidade do Estado em gerir a educação pública, transferindo essa responsabilidade para a sociedade civil. Como explica Roman (1999),

Historicamente mantida à margem das decisões sobre os rumos educacionais da sociedade, a comunidade, sem preparo algum, é agora objeto de articulações políticas e manobras mercantis, não obstante sua ilusão de estar efetivamente participando dos processos decisórios.
(ROMAN, 1999)

¹ GRADUANDO EM PEDAGOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ –UFPA. joaodiego.2106@hotmail.com

² GRADUANDA EM PSICOLOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. rayner.s.santos@gmail.com

³GRADUANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. raynice.s.santos @gmail.com

Sendo assim, a minimização do poder do Estado faz com que cada vez mais o mercado regule e interfira nas normas e regulamentos do sistema escolar com o intuito de controlar e direcionar o trabalho pedagógico. Joga-se o sucesso e o fracasso escolar no próprio indivíduo, ou seja, na própria comunidade.

Por outro ponto, é importante ser mencionado a exigência de que os docentes e discentes sejam submetidos progressivamente a avaliações externas. Essa prática nada mais significa do que estabelecer um nível de qualidade educacional, por meio das leis que regem o mercado, utilizando-se de instrumentos de avaliação técnicos e padronizados, sem levar em consideração as realidades sociais de professores e alunos.

Nesse sentido, as práticas neoliberais ao se inserirem no âmbito educacional, transformam o processo pedagógico em instrumento subordinado ao mercado, como exposto logo abaixo:

Assim sendo, a economia neoliberal passa a fazer das pessoas, consumidoras, e a própria educação se torna mercadoria dentro desta lógica, visto que o Estado além de possuir seus próprios interesses, satisfaz os interesses do mercado internacional. Sendo assim, tenta adequar a educação pública nacional aos domínios e necessidades do mercado (PEREIRA, 2006).

Tudo isso traz graves consequências para o processo de ensino/aprendizagem, atuando na formação de indivíduos com intuito apenas de desenvolver uma mão de obra que atenda os interesses do mercado, com formação técnica de baixa qualidade e não inspirando uma posição crítico reflexivo diante da realidade social. Outro aspecto polêmico na nossa legislação educacional são as diversas reformas curriculares e a futura MP da reforma do ensino médio, que explanaremos mais adiante.

III. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO SOB A ÓTICA NEOLIBERAL

Atravessando o momento histórico em que vivemos de grande instabilidade política e social com os avanços da globalização neoliberal, uma nova ordem mundial que vem se instalando com a afirmação do Estado Mínimo, a falta de políticas públicas efetivas, a “marginalização impiedosa dos excluídos do trabalho” os discursos sobre eficiência, leis do mercado, competitividade, privatizações, livre comércio etc. Terá para a educação como maior reflexo na escola pública com a MP da reforma do ensino médio.

¹ GRADUANDO EM PEDAGOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ –UFPA. joaodiego.2106@hotmail.com

² GRADUANDA EM PSICOLOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. rayner.s.santos@gmail.com

³GRADUANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. raynice.s.santos @gmail.com

É preciso entender que grande parte das reformulações educacionais foram feitas à luz do pensamento capitalista. A necessidade de autonomia expressa pela nova LDB camufla as verdadeiras intenções governamentais. O currículo sugerido pelos PCNs 8 é uma prova disso. Estes sugerem que não mais é necessária a assimilação dos conteúdos em si, mas que se desenvolva no aluno uma estrutura do “aprender a aprender”. (ALVES; LANDIM, 2013, p. 10)

Se as reformas curriculares de até então, indicavam que projeto de ensino estava sendo implantado, ninguém imaginava o que estava por vir com o que ficou conhecido como reforma do ensino médio. Vejamos o que seria essa reforma segundo o Ministério da educação:

1) O que é a reforma do ensino médio?

A reforma do ensino médio é um instrumento fundamental para a melhoria da educação no país. Trata-se de uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino médio. Ao propor a flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível. Com isso, o ensino médio aproximará ainda mais escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. E, sobretudo, permitirá que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho. (Portal do MEC).

A reforma fará com que os estudantes sejam divididos entre aqueles que vão ter acesso a um ensino adequado e aqueles que irão ter um ensino técnico de baixa qualidade. Quando se fala na inclusão do ensino profissionalizante, entre as trajetórias possíveis aos estudantes, já durante o novo Ensino Médio, isso irá jogar os jovens de baixa renda para que sigam carreiras de subemprego, enquanto que os mais ricos poderão focar nas áreas de estudo que desejam seguir. Ainda é necessário salientar que a ideia de uma escola voltada aos interesses do mercado de trabalho vai implicar somente no ajuste força de trabalho/mundo do emprego. Não se trata de escolarizar para garantir um trabalho ao aluno.

¹ GRADUANDO EM PEDAGOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ –UFPA. joaodiego.2106@hotmail.com

² GRADUANDA EM PSICOLOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. rayner.s.santos@gmail.com

³GRADUANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. raynice.s.santos @gmail.com

Não é este o papel da escola na lógica da educação no sistema neoliberal, e sim de apenas ofertar instrumentos para que se possa competir no mercado, ademais disto o esforço individual, a meritocracia vai indicar onde cada um conseguiria chegar.

Com a flexibilização mencionada pela reforma, apenas Português, Matemática e Inglês devem ser obrigatórias para o fim do ciclo (atualmente são treze), enquanto as disciplinas restantes seriam escolhidas pelo aluno ou pela escola, ou seja, passam a ser optativas. O MEC acredita que ao permitir que alunos e escolas possam escolher o aprofundamento em algumas matérias vai colocar o currículo do ensino médio mais em sintonia com as necessidades do aluno, com o universo juvenil. É importante reconhecer que há uma sobrecarga de disciplinas, das quais, às vezes, o aluno de fato, vê pouca coisa de novo e sai sem assimilar com profundidade qualquer conteúdo, porém, não é verdade que um currículo mais focado irá garantir isso à ele.

A reforma é uma grande falácia nesse aspecto, porque não resolve os problemas estruturais na educação, como a formação de professores, a redução do número de alunos por classe, as estrutura física das escolas de ensino médio no Brasil, sob gestão do Estado e que se encontram, a maioria, abandonadas. De nada adiantaria dar ênfase em exatas, humanidades, ou ensino profissionalizante, se o professor for mal preparado, e não houver recurso. Além disso, devemos questionar a flexibilização de algumas matérias: Artes, Educação física, Filosofia ou Sociologia que deixam de ser obrigatórias com a reforma, já que sem elas, não há uma formação completa para cidadania, e sim apenas aquela que o mercado almeja de uma mão de obra atomizada e despolitizada.

6) Como serão implantadas as escolas em tempo integral?

A reforma do ensino médio prevê ainda uma Política de Fomento de Escolas em Tempo Integral, que deverá ocorrer de forma gradual. Está previsto um investimento do Governo Federal de R\$ 1,5 bilhão até 2018, correspondendo a R\$ 2.000 por aluno/ano e criando 500 mil novas matrículas de tempo integral. O PNE estabelece que, até 2024, o país deva atender, pelo menos, 25% das matrículas. Atualmente, são 386 mil alunos matriculados no ensino médio em tempo integral, o que representa 5% do total. A MP não determina que todas as escolas passem a ter o ensino médio integral. (portal do MEC).

¹ GRADUANDO EM PEDAGOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ –UFPA. joaodiego.2106@hotmail.com

² GRADUANDA EM PSICOLOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. rayner.s.santos@gmail.com

³GRADUANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. raynice.s.santos @gmail.com



Segundo o plano proposto, gradualmente, as escolas passarão a ser integrais com uma carga horária de 800 para 1.400 horas anuais. Assim, os alunos passariam a ficar sete horas por dia na aula. Defensores da ampliação da duração das aulas afirmam que ela é eficiente quando embasada em um projeto pedagógico sólido. Contudo, de nada adianta ampliar a quantidade de horas sem qualidade. Uma carga horária de cinco horas entediante como já acontece fica ainda pior se for de sete horas. Ocorrerá um crescente desinteresse por parte dos alunos, especialmente ao se tirar as disciplinas de caráter mais lúdico, como educação física e artes. Haverá um aumento nos índices de repetência e evasão. Mesmo o governo reiterando que essa mudança será bastante lenta e gradual e que não haveria metas para a essa implementação.

A Medida Provisória foi um fato polêmico, mesmo o governo alegando que houve amplo debate construído ao longo dos anos, e que os péssimos índices no Ensino Médio exigiam uma medida urgente. Acima de tudo, era necessário um debate em que se ouvissem professores e alunos. A MP é vista como autoritária, sendo implantada com pressa para atender a demandas de grupos educacionais privados. De certa forma, sendo um ponto de confusão para o MEC e o governo federal negam que as mudanças implicarão em mais gastos para os Estados, afirmando que o grosso dos recursos para se colocar em prática as mudanças será repassado pelo próprio Ministério. Mas com um olhar rápido sobre os últimos acontecimentos no país, as novas medidas econômicas aprovadas, como a PEC 55, emenda que limita os gastos nessa área por 20 anos, já desmentem essas afirmações.

O governo estabelece a narrativa de que com a PEC 55, logo o recurso público será menor. Então a solução será buscada no mundo privado. Mas os grupos de escolas privadas no Brasil não têm capacidade para dar conta de todas as matrículas dos alunos do Ensino Médio, até porque não traz lucros viáveis para os empresários. Mas existe outro aspecto, aquele que permite, na trajetória da educação profissional, que sejam feitas parcerias também com universidades privadas. As universidades logo estarão com muita dificuldade por conta da repressão do Fies [Fundo de Financiamento Estudantil] e do ProUni. Como o governo não pode reproduzir o Fies por conta da PEC 55, ele vai dar às instituições privadas, aos grandes grupos privados como Unip, Uninove e Estácio, o direito de ofertar trajetórias de profissionalização de um ano e meio. Essa será uma privatização mais evidente. Num primeiro momento, as parcerias entre público e privadas vão ser modelos de excelência, que elas funcionam, o que não só será verdade porque elas utilizarão aquilo que já vinha sendo desenvolvido por boas escolas públicas. Será uma modalidade diferente de privatização. Você compartilha o processo de gestão. O setor privado compartilhando o processo de gestão de uma escola estatal. Não dá para dizer que é uma privatização, é

¹ GRADUANDO EM PEDAGOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ –UFPA. joaodiego.2106@hotmail.com

² GRADUANDA EM PSICOLOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. rayner.s.santos@gmail.com

³GRADUANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. raynice.s.santos @gmail.com

mais sutil e mais perigosa porque diminui a gestão democrática, o controle social, o processo de gestão fica mais centralizado. Esse é um caminho que vai ser trilhado muito dedicado à linha da profissionalização, são entidades do setor privado que vão ofertar a trajetória de um ano e meio para os estudantes, em parceria com as secretarias de educação. Assim, essas empresas educacionais privadas desenvolveram um ensino de baixa qualidade para os estudantes do Ensino público massacrado por falta de investimentos. Os mesmo continuarão sendo somente instrumentos do mercado.

IV. CONCLUSÃO

Em virtude de todos os fatos mencionados chegamos a conclusão que o Neoliberalismo é um processo de deterioração do sistema educacional público em favorecimento do serviço privado e é uma política de manutenção da desigualdade entre os indivíduos ricos que possuem condições para pagar pelos serviços privados e os pobres que ficam a margem da utilização dos mesmos serviços. Dessa forma, a maioria da população recebe somente um atendimento básico por parte do Estado. Assim, o serviço público e o privado vêm estabelecendo mudanças significativas no sistema educacional do Brasil.

Contudo, as políticas do Estado estão sendo implantadas de forma que as influências neoliberais sejam seguidas nas diretrizes dos sistemas educacionais do país. A LDB é um exemplo de documento cheio de propostas direcionadas para manutenção da pouca ação do Estado na vida escolar. Assim, este passa suas obrigações para gerenciamento da sociedade civil. Dessa maneira, cada vez mais o Estado vai abrindo mão de gestão dos serviços públicos deixando a cargo de terceiros.

Ademais, chegamos ao conhecimento das ideologias neoliberais implantadas como o discurso da busca de qualidade da educação com políticas e programas, principalmente, com a reforma do Ensino Médio. Porém, ela possui um viés do crescimento da econômica e fortalecimento do mercado de trabalho com mão de obra barata e tecnicista.

Além disso, as medidas estabelecidas possuem a pretensão de manutenção de uma classe menos crítica e participativa. Assim, fomentando uma sociedade alienada e uma competitividade dos indivíduos diante das precárias ofertas de serviço da rede pública de ensino massacrada por falta de investimento. Dessa forma, a sociedade é conduzida para o consumo de serviços privados e o Estado minimiza seus investimentos e ações no serviço público. Logo, é obvio o desmonte e a fragmentação dos serviços públicos oferecidos para a população. Por outro lado, é visível o privilegio de alguns que podem pagar por serviços privados na sociedade em detrimento da maioria da população pobre sem condições para utilização de serviços educacionais privados no país.

¹ GRADUANDO EM PEDAGOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ –UFPA. joaodiego.2106@hotmail.com

² GRADUANDA EM PSICOLOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. rayner.s.santos@gmail.com

³GRADUANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. raynice.s.santos @gmail.com

Portanto, o neoliberalismo é um processo ideológico que favorece os interesses do capitalismo e o mercadológico. Atualmente, influenciam de forma negativa no sistema educacional brasileiro. No entanto, confiamos em uma transformação do sistema educacional do Brasil para que todos os estudantes do ensino público recebam uma educação de qualidade e que possibilite uma maior participação na sociedade como cidadãos de direitos garantidos como o acesso a educação, a saúde e ao trabalho digno.

REFERÊNCIAS

ALVES, Damires Cláudia de Lima; LANDIM, Samara Rodrigues. **Neoliberalismo e educação: Impactos na vida profissional do jovem trabalhador: Um estudo de caso da escola técnica de Carapicuíba/SP**. E-FACEQ: revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2238-8605, Ano 2, número 2, agosto de 2013. <<http://e-faceq.blogspot.com.br>> Acesso em: 05 mar. 2017

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARBA, Mariana Della. **5 polêmicas sobre a nova reforma do Ensino Médio**. Da BBC Brasil em São Paulo. 24 setembro 2016.
<<http://www.bbc.com/portuguese/37463190>> Acesso em: 10 mar. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os delírios da razão: Crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**. In: GENTILI, Pablo, (Org.). **Pedagogia da Exclusão**. 11a edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

Ministério da Educação (MEC); **Novo Ensino Médio – DÚVIDAS**.
<<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-daeducacaobasica/30000Uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas>> Acesso em: 10 mar. 2017.

PEREIRA, Edna Alves. **Educação e Neoliberalismo - Influências no Ensino Público e no Social. Caminhos de Geografia** - online <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>> Acesso em: 16 mar. 2017

RENAN, Truffi. **"Reforma do Ensino Médio é um retorno piorado à década de 90"** CARTA CAPITAL: — publicado 09/02/2017 09h09, última modificação 09/02/2017 09h09.<<https://www.cartacapital.com.br/educacao/reforma-do-ensino-medio-e-um-retornoPiorado-a-decada-de-1990>> Acesso em 10 mar. 2017.

ROMAN, Marcelo Domingues. **Neoliberalismo, política educacional e ideologia: as ilusões da neutralidade da pedagogia como técnica**. *Psicol. USP* [online]. 1999, vol.10, n.2, pp. 153-187. ISSN 0103-6564. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65641999000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 ago. 2017.

¹ GRADUANDO EM PEDAGOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ –UFPA. joaodiego.2106@hotmail.com

² GRADUANDA EM PSICOLOGIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. rayner.s.santos@gmail.com

³GRADUANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. raynice.s.santos @gmail.com